

ONIPRESENÇA DE SAUSSURE?

Helênio Fonseca de Oliveira
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

RESUMO

O *Cours de linguistique générale*, obra póstuma de Saussure, fruto de *insights* geniais, é fundador de uma nova teoria, nascida com o destino de ser rapidamente ultrapassada pela torrente de inovações que ela própria suscita. As categorias saussurianas continuam subjacentes à produção científica dos atuais estudiosos da linguagem, às vezes reformuladas, às vezes enriquecidas, mas de tal forma entranhadas na cultura linguística posterior a 1916 (ano da publicação do *Cours...*), que as empregamos sem nos darmos conta de que se trata delas, a tal ponto que descrever línguas sem as levar em conta é muitas vezes, ainda hoje, um erro epistemológico. Com exemplos frequentemente “portuguesescêntricos”, procura-se, neste artigo, a partir das dicotomias *langue/parole*, substância/forma e sincronia/diacronia, ilustrar a forma como a “onipresença” sedimentada de Saussure se dá. Isso não implica minimizar as diferenças existentes entre as teorias que estudam a linguagem, mas tem-se falado tanto nelas, que a prioridade agora é lembrar as semelhanças.

PALAVRAS-CHAVE: Saussure, *langue*, *parole*, substância, forma, sincronia, diacronia

1. Introdução: Em que medida se pode falar de uma atualidade de Saussure?

Ferdinand de Saussure, como se sabe, fundou o estruturalismo linguístico, com a publicação póstuma, em 1916, do clássico *Cours de linguistique générale*, organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Apesar da importância de Baudouin de Courtenay – a quem Saussure conhecia pes-

soalmente e que é considerado cofundador da linguística estrutural – não se pretende aqui, por limitações de espaço e de tempo, entrar em detalhes sobre sua participação nesse processo.

Bally, Sechehaye e Riedlinger foram alunos dos três famosos cursos ministrados por Saussure na universidade de Genebra: o primeiro, de janeiro a julho de 1907, com o foco em fonologia sincrônica e diacrônica; o segundo, de novembro de 1908 a julho de 1909, que lançava as bases epistemológicas da teoria saussuriana; e o terceiro (de outubro de 1910 a julho de 1911), que tratava do “tema ‘das línguas’, isto é, [d]a Linguística Externa” (SALUM, *In*: SAUSSURE, 1970, p. XVII [prefácio]). Havia um quarto curso previsto, que – em consequência do falecimento de Saussure – não chegou a ser ministrado. Trataria da Linguística da Fala (ou Linguística da *Parole*). “Prometido aos ouvintes do terceiro curso, este estudo teria tido lugar de honra nos seguintes” – afirmam Bally e Sechehaye, no prefácio da edição de 1916 (BALLY; SECHEHAYE. *In*: SAUSSURE, 1970, p. 4).

Se nos perguntarmos se Saussure está ou não ultrapassado, a resposta será SIM e NÃO. O “prazo de validade” de uma obra é variável. Existem as que duram pouco e as de maior duração. Há ainda a que funciona como discurso fundador de uma nova teoria e que nasce com o destino de ser rapidamente ultrapassada pela torrente de inovações que ela própria suscita. É o caso do *Cours...* de Saussure, obviamente superado pelos trabalhos nele inspirados, mas que é fruto de *insights* geniais que tornaram possível a existência destes. As categorias saussurianas – em forma de dicotomias – continuam subjacentes à produção científica dos atuais estudiosos da linguagem, às vezes reformuladas, às vezes enriquecidas, mas sempre presentes. Ficaram de tal forma entranhadas na cultura linguística posterior a 1916, que às vezes as empregamos sem nos darmos conta de que se trata delas. Quando, por exemplo, os estudiosos das disciplinas transfrásticas (Análise do Discurso, Linguística do Texto, Análise da Conversação etc.), precisam “descer” a níveis microestruturais, entrando nos domínios da morfologia, da sintaxe e da fonologia, se o fizerem insensíveis às categorias “inauguradas” por Saussure, cometerão falhas metodológicas e epistemológicas. A respeito disso, é bom lembrar – como disse certa vez Patrick Charaudeau numa reunião com pesquisadores brasileiros – que os estudiosos do discurso não podem ignorar objetos de estudo como flexão verbal, emprego de preposições, uso de pronomes etc.

Optou-se, neste artigo, pelas dicotomias *langue/parole*, substância/forma e sincronia/diacronia, para ilustrar a forma como a “onipresença” sedimentada de Saussure se dá. O que pode acontecer é não nos darmos conta facilmente dela, em consequência da necessidade que tem cada pesquisador – para afirmar identidades e delimitar territórios – de enfatizar as diferenças entre sua teoria e as demais, em detrimento das semelhanças. Trata-se, portanto, de política do saber... Politizar a produção de conhecimento impede a criação do ambiente de busca da verdade – socrático, e não sofista – que essa atividade requer. Dizer, por exemplo, que a preocupação de Bakhtin com o caráter dialógico da linguagem o colocaria em campo oposto ao de Saussure, já que o foco da linguística saussuriana é a língua como código (*langue*), seria sublinhar mais as diferenças que as semelhanças. É preciso não confundir oposição com acréscimo. Como digo em outro trabalho:

Presencia-se atualmente uma disputa entre diferentes abordagens do fenômeno linguístico: umas põem o foco na língua como código, outras no aspecto comunicacional (língua como instrumento de comunicação) e outras na interação entre as pessoas por meio da linguagem. A existência de tais debates, no entanto, é, ela própria, um equívoco, visto que resulta de um pensamento disjuntivo, que deveria ser conjuntivo (OLIVEIRA, 2010).

Perguntar se a língua “é código ou instrumento de comunicação ou está a serviço da interação” é equacionar incorretamente o problema. Ela é tudo isso. Cada um desses atributos não exclui os demais. O que pode ocorrer é – compreensivelmente – uma corrente teórica enfatizar mais um deles. O que aqui se diz não implica minimizar as diferenças entre as teorias, mas o fato é que de tais diferenças se tem falado tanto, que talvez a prioridade agora seja lembrar as semelhanças.

Os exemplos dados são em geral “portuguesocêntricos”, porque são fruto de uma experiência de anos descrevendo o português em cursos de graduação, mestrado e doutorado. Não se trata de um saber “só de experiência feito”, como o do personagem de Camões, porque essa temática, pela sua própria natureza, pressupõe algum tipo de fundamentação teórica, mas de um conhecimento construído no dia a dia de um trabalho como professor e pesquisador. Não foi minha intenção produzir um trabalho erudito.

2. *Langue e parole* ou como demonstrar que certos “problemas” são pseudoproblemas

Saussure é mentalista, ou seja, considera que a língua se “situa” na mente do falante, o que fica evidente em várias passagens do *Cours...* (SAUSSURE, 1970, p. 33, 143, 149, 161 etc). A dicotomia saussuriana *langue / parole* (língua e fala), embora ao longo do tempo tenha passado por reformulações, continua operacionalmente válida no que tem de essencial, a saber, na distinção entre o que na linguagem é código (*langue*) e o que é mensagem (*parole*). Podemos produzir e interpretar mensagens (isto é, textos orais e escritos) porque temos em nossa mente um código, ou seja, a *langue*, o sistema da língua. Isto ficou. O mais são detalhes de refinamento conceitual.

O exemplo a seguir é bastante esclarecedor de como a dicotomia *langue/parole* (e suas continuadoras sistema / norma / fala; competência / desempenho e outras) torna possível demonstrar que certos “problemas” são na verdade pseudoproblemas, possibilitando distinguir o que é código do que pertence ao uso desse código para produzir mensagens.

Tomemos como exemplo o debate (comum em certa época) sobre a existência, nos enunciados “*Mas que droga!*” e “*Quero, mas não posso*”, de um único “*mas*” ou de dois. A resposta seria: trata-se de um único “*mas*” na *langue* saussuriana, na competência gerativista, no sistema de Coseriu (COSERIU, 1962. p. 11-113); e de dois, na *parole* de Saussure, no desempenho (*performance*) de Chomsky, na fala de Coseriu, no uso, no discurso etc. No entanto, pseudoproblemas como esse têm ocupado desnecessariamente tempo e energia mental dos pesquisadores. Bastaria distinguir o que é código do que é mensagem, com ou sem a terminologia saussuriana, para evitar tal desperdício.

Em “*Quero, mas não posso*”, *mas* tem inconfundivelmente (como é normal nas sequências “A, *mas* B”, “A, *porém* B” “A, *entretanto* B” etc.) valor adversativo, no sentido de que a orientação argumentativa da segunda oração é oposta à da primeira: querer fazer algo é um argumento em favor de fazê-lo (se o queremos fazer, é de esperar que o façamos), ao passo que não poder fazê-lo se orienta argumentativamente para a conclusão de não o fazer. Sabemos disso com base em nosso conhecimento do mundo e de discursos que circulam na sociedade – cf. o conceito de *topos* da semântica argumentativa. Sobre isso, ver Anscombe (In: ANSCOMBRE (Dir.), 1995, p 11-47).

Quanto à exclamação “*Mas que droga!*”, pode-se dizer que é uma forma abreviada, digamos, de algo como “*Eu pretendia bater o martelo no prego, mas – que droga! – acertei o dedo*”, em que “*Eu pretendia bater o martelo no prego*” se orienta para a conclusão de que eu teria êxito na minha intenção, enquanto “*acertei o dedo*” se orienta para a de que fracassei, contrária à primeira (aqui também o conceito de *topos* ajudaria a entender a relação da conclusão com a premissa). Teriam ficado implícitas as partes mais referenciais desse enunciado, “sobrevivendo” apenas a sequência “*mas que droga!*”, referencialmente menos relevante, mas discursivamente mais importante.

Visto dessa forma, esse “mas” pode ser interpretado como tão adversativo quanto o primeiro, ou seja, pode-se entender que os dois “mas” são um só vocábulo no sistema da língua, isto é, na *langue*, embora nada impeça que, num estudo centrado no discurso (o que implica focado na *parole*), se sublinhe a diferença entre os dois. Pode-se afirmar, portanto, que, na análise da *langue* (do sistema da língua), “mas” é adversativo, com potencial para gerar efeitos de sentido, como o de “*Mas que droga!*”, que podem ser “debitados” na “conta” da *parole*. Curiosamente, a tradição escolar brasileira costuma classificar o “mas” de “*Mas que droga!*” como palavra denotativa de afetividade, ou seja, sob esse aspecto, privilegia a *parole*, mas tenho razões para suspeitar que o faz acreditando tratar-se da *langue*. Isto, porém, seria assunto para outro trabalho.

Fez-se abstração, aqui, da dicotomia entre o chamado “mas PA” (do qual “*Quero, mas não posso*” é um exemplo típico) e o “mas SN” (correspondente a “e sim”: “*Portugal não fica na África, mas na Europa*”) (cf. KOCH, 2002 [1984]).

Questões desse tipo estão ligadas à polêmica (às vezes acirrada) sobre a existência ou não do sentido literal – opta-se aqui por tomar os termos significado e sentido como sinônimos, embora haja quem tome o primeiro como fato de língua (*langue*) e o segundo como fato de discurso (*parole*): o significado seria o do “dicionário” e o sentido, o do texto. Aqui, dá-se conta dessa diferença por meio da adjetivação: significado ou sentido literal e significado ou sentido figurado. Rejeitar a noção de sentido literal (ou significado básico) implica depreender os valores semânticos das formas linguísticas a partir da observação de textos, em seus contextos de produção e interpretação (até aí tudo bem), mas sem os correlacionar com o sistema da língua. A descrição linguística, para ser epistemologicamente correta, tem de

distinguir, como vimos, o que é mensagem (*parole*) do que é código (*langue*).

É claro que o conceito de sentido básico precisa ser refinado. Esse sentido, às vezes, é – ele próprio – polissêmico, não correspondendo necessariamente a um ponto na significação de uma forma linguística, mas a uma área nessa significação. Observem-se, por exemplo, estes três sentidos de *porta*: (a) *porta* como espaço aberto numa parede para pessoas e coisas passarem; (b) *porta* como objeto, geralmente retangular e frequentemente de madeira, usado para fechar essa passagem; (c) *porta* num de seus empregos metafóricos, como em “*O concurso é a porta de entrada para o serviço público*”. O sentido (c) é figurado e o sentido básico (ou literal) corresponde à soma de (a) com (b); logo a própria denotação muitas vezes é polissêmica.

Na verdade, existe uma relação dialética entre código e mensagem. Só se descreve o código a partir da observação de mensagens (textos), e o usuário da língua só produz mensagens porque existe um código em sua mente.

Na diacronia, pode dar-se o caso de um sentido metafórico tornar-se frequente no uso, fazendo cair em desuso o sentido básico. Quando isso acontece, o que era sentido figurado se torna literal. É o caso do verbo *bajular* (do latim *bajulare*), cujo significado básico era de início, em latim, “levar às costas” (cf. BECHARA, 1999, p. 401; CUNHA, 2007, p. 93). Daí o acepção metafórica de “lisonjear servilmente” adquirida com o tempo: “*Não gosto de funcionários que bajulam o chefe*”. Em algum momento da evolução semântica dessa palavra, o sentido figurado se tornou tão frequente no uso, que acabou fazendo cair em desuso a acepção de “carregar nas costas”, o que transformou em literal o sentido que até então era figurado.

Um último esclarecimento sobre *langue* e *parole*. É evidente: (1º.) que *langue* não é sinônimo de competência, nem *parole* o é de *performance* (ou desempenho); (2º.) que a *langue* saussuriana não é exatamente o sistema do trinômio sistema, norma e fala de Coseriu: se Saussure opera com dois termos e Coseriu com três, a correspondência não pode ser exata (cf. COSERIU, 1962. p. 11-113); (3º.) que as propostas dos estudiosos que se seguiram a Saussure tendem a ser superiores à dele, já que são um aperfeiçoamento dela (devem-lhe, contudo, tributo); (4º.) que sinonímia perfeita entre terminologias de teorias diferentes é impossível – ou, no mínimo, muito difícil. Relembre-

se, porém, que a proposta do presente artigo, pelas razões já explicitadas, é realçar semelhanças, e não diferenças, entre tais teorias.

3. Substância e forma

Segundo Saussure, o linguista opera todo o tempo com o conceito de signo linguístico, que, como sabemos, é a associação de um significante (de natureza sonora) a um significado (a que ele frequentemente se refere como uma “ideia”), ressaltando que o significante não é o som como realidade física nem o significado equivale exatamente ao caleidoscópico conjunto de pessoas e coisas do mundo, acrescentando que, tanto os sons quanto as “ideias”, são um *continuum* nebuloso. O *continuum* dos sons é a substância do significante e o das “ideias” é a substância do significado. O que funciona na língua, contudo, são os sons estruturados (ou forma do significante) e os conceitos estruturados (ou forma do significado). Vejamos como isso se dá, primeiro no plano no significante, depois no do significado.

3.1 Substância e forma do significante

“A substância do significante é o som, como realidade física, e sua forma é o que a fonologia estrutural denomina fonema, que, como se sabe, não é o som, considerado acústica ou articulatoriamente (substância do significante), e sim uma entidade fonológica teórica e abstrata” situada na mente do falante, entidade essa que só existe na medida em que se opõe a outras (cf. OLIVEIRA, *In*: COSTA (Org.), 2010, p. 10). O fonema dos estruturalistas é, pois, forma do significante. O que há no significante de *rua* que o distingue do de *lua* não é a variante vibrante alveolar do /R/, nem a vibrante uvular, nem a fricativa velar surda (como o <j> do espanhol), nem a fricativa glotal surda (como o <h> do inglês), e sim um denominador comum teórico e abstrato entre todas elas, o qual pode dar-se ao “luxo” de apresentar todas essas variantes (e mais algumas), porque tais sons não distinguem significados em português. Já em espanhol, por exemplo, a troca da fricativa velar surda pela vibrante alveolar múltipla acarreta uma mudança semântica. Por exemplo: *jamón* (“presunto”) e *Ramón* (nome próprio). Esses dois sons, portanto, embora sendo em português variantes do mesmo fonema, correspondem, em espanhol, a dois fonemas diferentes.

“Não cabe aqui historiar” – como digo no trabalho citado há

pouco – “[...] as diferentes maneiras como a relação forma/substância tem sido tratada nas várias correntes da teoria fonológica, mas lembremos pelo menos que não damos um passo em fonologia, qualquer que seja nossa opção teórica, sem operar com essa dicotomia” (OLIVEIRA. In: COSTA (Org.), 2010, p. 10).

3.2 Substância e forma do significado

Um significado também só tem existência por opor-se a outros. Como diz o autor do *Cours...*:

O que haja de ideia ou de matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dele nos outros signos. A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque, quer no sentido, quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido uma modificação. (SAUSSURE, 1970, p. 139).

Um pouco adiante, diz ele: “todos os erros de nossa terminologia, todas as maneiras incorretas de designar as coisas da língua provêm da suposição involuntária de que haveria uma substância no fenômeno linguístico” (SAUSSURE, 1970, p. 141). Um exemplo simples: Temos em português três palavras para designar seres humanos masculinos: *menino*, *rapaz* e *homem* (para simplificar a análise, fez-se abstração de *garoto*). Em inglês, ao contrário, só há duas palavras para corresponder a essas três: *boy* e *man*. No *continuum* nebuloso da substância do significado de que se falou acima, o que há são indivíduos do sexo masculino, com as mais variadas idades, mas o português classifica os menores (digamos) de 18 anos como *meninos*, os que estão aproximadamente entre os 18 e os 30, como *rapazes*, e os que têm idades superiores – suponhamos – a 30 anos, como *homens*. É evidente que, em virtude da polissemia (elasticidade dos significados), tais fronteiras se flexibilizam, mas são esses, grosso modo, os sentidos dessas palavras. Não se pode, por conseguinte, dizer que o vocábulo *boy* do inglês corresponda exatamente a *menino* em português, uma vez que ele ocupa, no sistema da língua inglesa, “metade” do “espaço” equivalente aos seres humanos masculinos, ao passo que *menino* “compete” com *rapaz* e com *homem*, existindo, portanto, num espaço dividido entre três signos. Logo, o valor semântico de uma palavra se define não por sua relação com pessoas ou coisas do mundo (substância), mas pela maneira como se relaciona com as demais palavras da língua (forma).

Outro exemplo: diante da assertiva de que o pretérito perfeito – “*o lago em que eu pesquei*” (uma vez) – corresponde ao aspecto pontual e de que o imperfeito – “*o lago em que eu pescava*” (habitualmente) – equivale ao aspecto durativo, “poder-se-ia objetar que, por menor que seja a duração de um fato, ele sempre durará uma faixa de tempo, ainda que de alguns milissegundos, e que, portanto, nada é momentâneo [ou pontual]. Por esse raciocínio todo fato seria durativo.” (OLIVEIRA, 2000, p. 43). Essa maneira de ver as coisas, contudo, é filosófica (tem a ver com a substância), não sendo linguisticamente relevante, porque não se refere à forma. O texto prossegue:

O momento está para o tempo, assim como o ponto [daí “aspecto ‘pontual’”] está para o espaço: ambos são entidades desprovidas de dimensão, sem existência no mundo físico, mas são abstrações teóricas necessárias, tanto para a ciência como para a tecnologia, como o são os conceitos de subconsciente, infinito, números negativos e tantos outros; [...] do ponto de vista gramatical, o importante é que o usuário da língua veja determinado fato como pontual ou como durativo, pois o que o falante verbaliza é sua percepção dos fatos [estruturada na língua] e não os fatos em si (OLIVEIRA, 2000, p. 43).

“Quem diz ‘*o lago em que eu pesquei*’ “ – prossigo – “intuiu esse acontecimento como momentâneo [pontual]” (OLIVEIRA, 2000, p. 43). O ato de pescar aí relatado pode ter durado alguns minutos, algumas horas, um dia inteiro etc. O fato é que, “na vivência subjetiva do falante tal período de tempo é insignificante, tendo sido intuído como aproximadamente igual a zero”, daí ter sido codificado na língua como “pontual” (OLIVEIRA, 2000, p. 43). Este é um dos muitos exemplos de que “o que funciona na comunicação é o modo como a realidade objetiva é percebida e codificada pela língua [isto é, a forma do significado], e não essa própria realidade [a substância do significado]” (OLIVEIRA, 2000, p. 43). Por isso afirma Saussure que “a língua é uma forma, e não uma substância” (SAUSSURE, 1970, p. 141).

3.3 Substância e forma da situação comunicativa

Com o surgimento da Análise do Discurso, na década de 1960, passa-se a valorizar, no estudo da linguagem, a situação comunicativa, isto é, as circunstâncias em que se dá a comunicação: quem fala ou escreve? para quem? quando? onde? utilizando que canal? qual a

relação hierárquica entre o emissor e o receptor? é o emissor quem está acima na hierarquia, é o receptor ou estão ambos no mesmo nível hierárquico? etc. Isso levou o analista do discurso Teun Van Dijk a propor os conceitos de substância e forma da situação comunicativa, o que demonstra a vitalidade da dicotomia saussuriana (VAN DIJK, In: HENRIQUES (Org.), 2003, p. 389-414). Segundo Van Dijk, como há forma e substância do significante e do significado, existe também substância e forma da situação comunicativa. Comentando, num artigo de 2010, os conceitos de Van Dijk, digo:

A substância da situação comunicativa é o conjunto infinito das circunstâncias em que a comunicação se dá, do qual sua forma é um subconjunto. Imaginemos, por exemplo, que transpareça em determinado poema a origem geográfica do poeta. Neste caso, saber de que região ele é será relevante para a interpretação do texto, sendo, pois, um dos elementos da forma da situação comunicativa. Imaginemos, porém, para tomar um exemplo um tanto caricatural, que o autor o tenha escrito na capa de um caderno velho. Supondo-se que esse fato não tenha consequências na produção do sentido do texto, poderemos dizer que ele pertence à substância da situação comunicativa, mas não à sua forma.

[...] ficam [, pois,] sem sentido as polêmicas que se travavam [...] sobre a validade da utilização de dados biográficos do autor na interpretação de um texto. O recurso a um dado biográfico será válido, toda vez que for relevante [, isto é, toda vez que pertencer à forma, e não meramente à substância da situação comunicativa] (OLIVEIRA, in: COSTA, 2010, p. 10) .

4. Linguística “estática” e linguística “evolutiva”: sincronia e diacronia

A ciência do século XIX – nela incluída a linguística – é sabidamente historicista. Acreditava-se nessa época que o estudo da língua hoje denominado “sincrônico” se limitava a manuais didáticos, sem relevância científica, o que de fato era verdade na época. Embora a formação de Saussure se tenha dado nesse contexto (haja vista sua tese sobre o genitivo absoluto em sânscrito, de 1880), o capítulo do *Cours...* intitulado “A linguística estática e a linguística evolutiva” lança os princípios de um estudo científico da linguagem não só diacrônico, mas também sincrônico, enfatizando a importância de não se confundirem as duas abordagens. Esses conceitos foram,

como passar do tempo, sofrendo pequenos reajustes, mas sua essência permanece ainda hoje. Novas aplicações de determinado conceito dificilmente acontecem sem algum tipo de reformulação. O que importa, porém, é que, hoje, sem o binômio sincronia/diacronia ficaria difícil fazer linguística.

O ponto em que essa dicotomia mais necessita de reajustes é talvez no conceito saussuriano de lei sincrônica. Para Saussure, quando se diz que “**A** passa a **B**”, se trata sempre de um “passar a” diacrônico. Embora o autor fale em “lei sincrônica”, refere-se, com esse termo, à descrição de um sistema de oposições (cf. SAUSSURE, 1970, p. 108), e não a um “passar a” sincrônico. Não opera, por conseguinte, com o conceito de dinamismo sincrônico, tanto que usa o termo “linguística estática” como sinônimo de linguística sincrônica, reservando a denominação “linguística evolutiva” (portanto dinâmica) para o estudo diacrônico da linguagem. Como exemplo de “leis diacrônicas”, menciona as alterações fonéticas ocorridas ao longo da história das línguas, como estas, por exemplo, observáveis na passagem do latim para o português: **(A)** Consoantes surdas intervocálicas tendem a sonorizar-se: *mutum* à *mudo*; *acutum* à *agudo*; *profectum* à *proveito* etc. **(B)** O ditongo “*au*” tende a transformar-se em “*ou*”: *aurum* à *ouro*; *laurum* à *louro*; *paucum* à *pouco* etc. **(C)** As consoantes [d], [g] e [l] intervocálicas tendem a cair: *crudum* à *cruu* à *cru*; *legenda* à *leenda* à *lenda*; *palum* à *pau* etc. Existem também mudanças em outros subsistemas da língua, mas Saussure vai buscar seus exemplos no campo da fonética histórica (quanto à diferença entre fonética histórica e fonologia estrutural diacrônica, ver o capítulo “*Fonología Diacrónica*” da *Fonología española* de Emilio Alarcos Llorach (cf. ALARCOS LLORACH, 1969, p. 107-134).

Voltemos ao conceito de “lei sincrônica” (hoje se prefere “regra” a “lei”). Saussure o ilustra com a “lei” segundo a qual, na língua grega, “o acento nunca vai além da antepenúltima sílaba” (SAUSSURE, 1970, p. 108), o que, aliás, também vale para o latim e, até certo ponto, para o português, com a ressalva de que temos uns raros bis-esdrúxulos, como *rítmico*, *técnico*, *étnico* etc., pronunciados respectivamente /'Ritímiku/, /'tákiniku/ e /'átiniku/. Optou-se pela transcrição fonêmica, para evitar complicações, aqui irrelevantes, que a transcrição fonética acarretaria.

O que está implícito no tratamento dado a esse conceito pelo autor é a noção, reformulada a partir de Chomsky, de que a sincronia

seja “estática”. Atualmente se pode dizer que o aspecto dinâmico da linguagem está presente não só na diacronia, mas também na sincronia. Sabe-se hoje que, quando dizemos que “**A** passa a **B**”, tanto pode tratar-se de mudança através do tempo (“*semper* passa a *semper*”), quanto de um “passar a” sincrônico. A forma básica de um vocábulo, por exemplo, passa a sua forma “pronunciável”, na fonologia gerativa de *The sound pattern of English* (CHOMSKY; HALLE, 1968).

Na fonologia natural, diz-se que a forma fonética de um vocábulo ou sequência de vocábulos sofre alterações – do ponto de vista sincrônico – quando se muda de um ritmo pausado de pronúncia – [‘awkoow] em português e “*I do not know*” em inglês, por exemplo – para um ritmo “médio” – [‘awkow] e “*I don’t know*” – ou para um ainda mais rápido, em que ocorrerão as pronúncias [‘awku] e “*I dunno*”, ou seja, uma forma passa a outra no plano sincrônico. É o dinamismo da sincronia. Adotou-se, com o exemplo do inglês, a transcrição ortográfica, já que existe, na tradição escrita dessa língua, uma grafia para cada um dos ritmos enfocados, o terceiro dos quais pode ser encontrado, por exemplo, nos “balões” dos quadrinhos. Poder-se-ia concluir – do fato de a fonologia natural só operar com pronúncias concretamente existentes em algum ritmo de fala – que ela abordaria a substância do significante, mas isso não é verdade. Apuro fonético absoluto não existe. A transcrição fonética – que apresenta sempre algum grau de abstração – nunca registra todos os detalhes de realização dos sons, logo é com uma forma mais próxima da substância que a fonologia natural trabalha, mas não com a substância propriamente dita.

Continua, pois, de pé o ponto essencial da dicotomia sincrônico/diacrônico, que é a noção de que existe uma abordagem da língua num dado momento de sua história e outra que a acompanha ao longo dessa história.

Para não nos limitarmos a exemplos no campo da fonologia, exemplifiquemos com fenômenos de outros subsistemas da língua. A própria crase da tradição escolar é um exemplo interessante no terreno do que Sousa da Silveira denomina “fonética sintática” (SILVEIRA, 1952). Comparando “fotografar o encontro” com “fotografar a reunião”, “ir ao encontro” e “ir à reunião”, não é difícil concluir que, num nível mais abstrato da análise, existe algo como “ir aa reunião”, que, num nível mais concreto, passa a “ir à reunião”.

O exemplo a seguir ilustra o que se quer dizer com “nível mais abstrato de análise” (optou-se, mais uma vez, pela transcrição fonêmica,

para evitar o apuro – aqui irrelevante – da transcrição fonética): A sequência /toda'taRdi/, num contexto em que existe o artigo, contém três vocábulos, correspondendo à grafia “toda a tarde” (ou seja, “a tarde inteira”) e somente dois, num outro, em que o artigo não ocorre, equivalendo, na escrita, a “toda tarde” (isto é, “todas as tardes”). No primeiro caso, pode-se dizer que algo como /todaaa'taRdi/ passa (sincronicamente) a /toda'taRdi/. O mesmo ocorre com “todo o dia” (“o dia inteiro”) por oposição a “todo dia” (“todos os dias”, “diariamente”). Nas sequências “*todo o*” e “*toda a*”, o artigo se funde foneticamente com a última vogal das palavras “todo” e “toda”, ficando reduzido a zero na pronúncia. Nesse contexto, por conseguinte, /aa/ passa a /a/ e /uu/ (<oo> na grafia) passa a /u/. É o que se poderia denominar “crase sincrônica”, por oposição à passagem de *seer* (português arcaico) a *ser* (português atual), de *cruu* (arcaico) a *cru* (atual), de *poomba* (arcaico) a *pomba* (atual) etc., que seria a “crase diacrônica”. Nesta, uma forma existente num período mais remoto passa a outra, em época mais recente, ao passo que na crase sincrônica uma forma pertencente a determinada sincronia da língua e existente num plano “teórico” (ou abstrato) passa a outra, MAIS CONCRETA, dessa mesma sincronia. Há correntes dentro dos estudos da linguagem que procuram – com razão – reduzir ao mínimo a abstração na análise linguística, mas mesmo estas reconhecem que algum grau de abstração é inevitável, principalmente nos casos que têm implicações morfológicas e/ou sintáticas, como o que se acaba de examinar.

Outro detalhe: para que a passagem de “**A**” a “**B**” seja um processo diacrônico, não há necessidade, evidentemente, de que “**A**” esteja distanciado de “**B**” por certo número de séculos. De uma geração para a seguinte já se podem registrar alterações fonológicas, morfológicas, sintáticas etc. Pode ter havido um momento em que os pais pronunciavam *seer* (dissílabo), e os filhos, *ser* (monossílabo).

Até mesmo na “biografia” linguística de um único indivíduo pode existir diacronia. Em conversa com pesquisadores do projeto NURC do Rio de Janeiro, tomei conhecimento de que estes procuraram localizar informantes cuja fala foi gravada na década de 1970, observando sua produção linguística atual, donde resultou a constatação de que alguns já não falam como naquela época. É claro que esse processo envolve muitas variáveis, como a sociolinguística tem demonstrado, podendo dar-se, inclusive, o caso de retrocessos (substituição de formas historicamente mais recentes por outras mais

antigas), mas o fato é que mudanças linguísticas (isto é, fenômenos diacrônicos) podem ocorrer não só de uma geração para outra, mas até ao longo da história de um idioleto.

Outro aspecto digno de nota é a existência do que se poderia denominar “formas mutantes”, como as chamadas “conjunções adversativas” e “conclusivas” do português, quando “deslocáveis” para o meio ou o final da oração, a saber, todas as conclusivas (com exceção de *logo*) e todas as adversativas (exceto *mas* e a conjunção coloquial *só que*).

Um esclarecimento sobre terminologia: segundo Perini, apenas *e*, *ou* e *mas* seriam inquestionavelmente “coordenadores”, denominação com que se refere o autor às “conjunções coordenativas” (cf. PERINI, 1996, p.143-148). As outras conjunções coordenativas da tradição escolar precisariam ser mais bem estudadas. Para ele, algumas das palavras e locuções classificadas como conjunções adversativas e conclusivas (precisamente as “deslocáveis”), como *porém*, *contudo*, *no entanto*, *portanto*, *por conseguinte* etc. , apresentam características próprias dos advérbios e locuções adverbiais (cf. PERINI, 1996, p.143-148 e OLIVEIRA, 2000, p. 20).

Essa “deslocabilidade” decorre da natureza “mutante” dessas palavras e locuções, ou seja, do fato serem fronteiriças entre conjunção e advérbio. Observa-se, na história do português e de outras línguas, uma tendência no sentido de certos advérbios e locuções adverbiais se tornarem conjunções. Exemplos: “porém” (do latim *pro inde*; “contudo” (= “com” + “tudo”); “logo” (do latim *loco*, forma abreviada de *in loco*: “no lugar”, “ali mesmo”) (NASCENTES, 1966, p. 451); “portanto” (= “por” + “tanto”), cujo equivalente francês – *pourtant* – tem valor adversativo ...e outros. O próprio “mas”, que não é “deslocável”, é um advérbio que passou a conjunção. A adversativa “mas” provém do latim *magis*, que significava “mais”; ou seja, “mas” (sinônimo de “porém”) tem a mesma origem “mais” (antônimo de “menos”). Nos dias atuais, a locução “por isso” vem seguindo esse mesmo percurso: é uma locução adverbial com tendência a tornar-se conjunção, constando, inclusive, na lista de conjunções conclusivas de várias gramáticas.

Na verdade, a língua está mudando sempre. A sincronia é um artifício indispensável, para fins científicos e didáticos. Fazer um corte sincrônico é como parar um filme numa cena, na qual sempre haverá processos em andamento, daí a existência de “mutantes”.

5. Considerações finais

O que se pretendeu demonstrar foi que o original conjunto de conceitos que Saussure nos legou lança as bases da Linguística (ou pelo menos da Linguística Sincrônica) e que tais conceitos – uns mais intactos que outros, com diferentes graus de reformulação – continuam até hoje subjacentes ao trabalho dos estudiosos da linguagem.

ABSTRACT:

A new theory with brilliant insights was created by Saussure's posthumous book *Cours de linguistique générale*, whose destiny was to be outmatched by its great number of followers. Saussure's ideas still indirectly underpin the works within Linguistics published since 1916 (year in which his classical book was published). Such ideas are still automatically and unconsciously applied. It is perhaps impossible to describe a language nowadays without taking them into account. One takes the risk of committing epistemological mistakes if one does not. In this article, using examples often taken from the Portuguese language, I try to show signs of Saussure's "omnipresence". The pairs on which I have worked are language versus speech (*langue/parole*), substance versus form and synchronic versus diachronic. My saying that Saussure is in a sense omnipresent does not imply minimizing the aspects under which the various theories on language differ from each other, but so much has been said about their difference that it is perhaps the time to underline what they have in common.

KEY-WORDS: Saussure, *langue*, *parole*, substance, form, synchronic, diachronic

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCOS LLORACH, Emilio. *Fonología española*. Madrid: Gredos, 1969.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude (Dir.). *Théorie des topoï*. Paris, Kimé, 1995.
- BALLY, Charles. *Le langage et la vie*. Genève : Atar, 1913.
- _____. *Linguistique générale et linguistique française*. Paris : Ernest Leroux, 1932.
- _____. *Précis de stylistique française : esquisse d'une méthode fondé sur l'étude du français moderne*. Genève : Eggimann, 1905.
- _____. *Traité de stylistique française*. Genève : Librairie de l'Université et Georg, 1909.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999 [1957].
- CÂMARA JUNIOR, J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977 [1952].
- _____. O estruturalismo linguístico. *Tempo Brasileiro: Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, n. 15/16, p. 5-44, 1968.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette, 1992.
- CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid : Gredos, 1962.
- COSTA, Acaciamaria de Fátima O. Fernandes da (Org.) *Coletânea de estudos lingüísticos e literários Said Ali*. Niterói: Nitpress, 2010.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.
- HENRIQUES, Cláudio Cezar (Org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro: Europa, 2003.
- KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002 [1984].
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1966.
- OLIVEIRA, Helênio F. de. Aspectos prescritivo, descritivo, pseudodescritivo e produtivo no ensino da língua portuguesa no Brasil. Comunicação feita no Seminário Integrado de Pesquisa (SIP), UERJ, 2010 – **a sair**.

_____. *Linguística do texto e descrição do Português*. Rio de Janeiro, UFRJ / CEP, 2000.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1972 [1916].

SILVEIRA, Souza da. *Fonética sintática*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

Recebido em 15 de abril

Aprovado em 25 de abril